

# **Tempo da Ciência**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE**

**REITOR**  
Paulo Sérgio Wolff

**VICE-REITOR**  
Carlos Alberto Piacenti

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
Silvio César Sampáio

**DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO**  
José Dilson Silva de Oliveira

**DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO**  
Rosalvo Schutz

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
Osmir Dombrowski

**TEMPO DA CIÊNCIA**  
Revista do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste

**EDITOR**  
Marco Antonio Arantes

**ORGANIZADOR DO DOSSIÊ**  
Cleber Ori Cuti Martins  
Osmir Dombrowski  
Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

**CONSELHO EDITORIAL**  
Dr. Allan de Paula Oliveira, Dr. Eric Gustavo Cardin, Dr. Erneldo Schallenberger, Dr. Geraldo Magella Neres, Dr. Gustavo Biasoli Alves, Dr. Marco Antonio Arantes, Dr. Miguel Angelo Lazzaretti, Dr. Osmir Dombrowski, Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias, Dr. Paulo Roberto Azevedo, Dra. Andréia Vicente da Silva, Dra. Rosana Kátia Nazzari, Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva, Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

**CONSELHO CONSULTIVO**  
Dra. Ana Cleide Chiarotti Cesário- UEL, Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida-UEM, Dr. Celso Antonio Fávero- UNEB, Dra. Emilce Beatriz Cammarata- Universidade Nacional de Misiones/Argentina, Dr. Eric Sabourin - CIRAD, França, Dr. Evaldo Mendes da Silva- UFAL, Dra. Ieizi Luciana Fiorelli Silva- UEL, Dr. João Virgílio Tagliavini- UFSCar, Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque- UNIFESP, Dr. Juan Carlos Arriaga-Rodríguez- Universidad de Quintana Roo- México, Dra. María Lois - Universidad Complutense de Madrid, Dra. Maria Salette Souza de Amorim - UFBA, Dr. Oscar Calavia Sáez-UFSC, Dr. Otávio Velho - UFRJ, Dr. René E. Gertz - PUCRS e UFRGS, Dr. Ricardo Cid Fernandes - UFPR, Dr. Wagner Pralon Mancuso- USP.

**SECRETARIA DOS CONSELHOS**  
Daniele Borges da Silva



**Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
UNIOESTE  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em  
Ciências Sociais  
Campus de Toledo**

# **Tempo da Ciência**

Volume 22 Número 43

1º semestre de 2015

**EDUNIOESTE**

**CASCADEL**

**2015**

©2015, EDUNIOESTE

**Capa**

Agricultura Familiar - Horta em Toledo – 1947 - Museu Histórico Willy Barth – Toledo-PR

Diagramação

Deise Ellen Piatti  
Marco Antonio Arantes

Revisão Técnica

Marco Antonio Arantes

Revisão Ortográfica

Deise Ellen Piatti

**Ficha Catalográfica**

Marilene de Fátima Donadel – CBR 9/924

---

Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo – v. 1, n. 1(1994) -, -- Toledo : Ed. Toledo, 1994.

Semestral.

v.2, n.3 – 1º semestre de 1995

v.2, n.4 – 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

ISSN: 1414-3089

Indexadores:

Latindex: <http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficRev.html?opcion=1&folio=16989>

Sumários.org: <http://www.sumarios.org>

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo II. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

---

Impressão e Acabamento

Gráfica Universitária  
Rua Universitária, 1619  
e-mail: [editora@unioeste.br](mailto:editora@unioeste.br)  
Fone (45) 3220-3085  
Cep. 85819-110 – Cascavel/PR  
Caixa Postal 701

## **Revista Tempo da Ciência Revista do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais**

Estamos disponibilizando o **volume 22 número 43 - 1º Semestre de 2015** da Revista Tempo da Ciência, revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE – Campus de Toledo. O lançamento deste fascículo dá continuidade ao projeto editorial de disponibilizar um conjunto de artigos selecionados com base no mérito acadêmico e científico.

Ao longo dos anos, a revista Tempo da Ciência tem se caracterizado como um espaço de discussão de diferentes perspectivas de conhecimento científico relacionados à área de Ciências Sociais. Com este número da revista Tempo da Ciência, publica-se um conjunto de textos que representam contribuições relevantes e instigantes sobre diferentes temas das Ciências Sociais.

Criada em 1994, a revista Tempo da Ciência é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da UNIOESTE/Campus de Toledo/PR.

Tempo da Ciência tem como objetivo fomentar o debate acadêmico de temas relevantes das Ciências Sociais.

Publica dossiês temáticos, com prazos definidos para o envio das submissões, além de uma seção livre de artigos e uma de resenhas, ambas com fluxo contínuo.

As contribuições à revista Tempo da Ciência devem ser inéditas e podem ser apresentadas em **Português e Espanhol**.

As avaliações são realizadas por pelo menos dois pareceristas ad hoc, especialistas no tema.

**Missão:** A Revista Tempo da Ciência tem por missão estimular e difundir a produção científica nas temáticas pertinentes às Ciências Sociais.

**Critério de Publicidade:** A revista Tempo da Ciência não é comercializada e oferece acesso livre e integral ao seu conteúdo. Sua política segue o princípio de levar gratuitamente o conhecimento científico ao público, democratizando o acesso ao saber.

**Distribuição:** A revista Tempo da Ciência, em seu formato impresso, é distribuída como permuta aos Programas de Pós-Graduação da área, bibliotecas e instituições de ensino superior em geral. Em seu formato digital, pode ser acessada livremente através do endereço eletrônico: [www.unioeste.br/pos/cienciassociais](http://www.unioeste.br/pos/cienciassociais).

### **Endereço para Correspondência**

Revista Tempo da Ciência  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Núcleo de Documentação,  
Informação e Pesquisa – NDP.  
Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle  
85.903-000 / Toledo – Paraná.  
E-mail: [revistatempodaciencia@yahoo.com.br](mailto:revistatempodaciencia@yahoo.com.br)

ENDEREÇO PARA PERMUTA  
Biblioteca Universitária  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle  
85.903-000 / Toledo – Paraná  
E-mail: [bibtoledo@unioeste.br](mailto:bibtoledo@unioeste.br)

## SUMÁRIO

### **Editorial: Dossiê Políticas Públicas no Brasil: um retrato da diversidade e da incerteza**

*Cleber Ori Cuti Martins, Osmir Dombrowski e Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha*

7

### **Dossiê**

#### **Políticas de igualdade racial: possibilidades e limites para sua efetivação em nível local – o caso de Porto Alegre**

*André Luis Pereira e Luciana Silveira Egres*

11

#### **Movimentos Sociais e Mídia: uma complexa relação no processo de formulação da Agenda**

*Andressa Brito Vieria*

29

#### **A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública**

*Danielle Wagner e Ivaldo Gehlen*

43

#### **Políticas Públicas no Uruguai em tempos de Mujica – o impacto da legalização do aborto e da maconha sobre a mídia digital brasileira**

*Décio Fernando Moraes Ferrari e Geraldo Magella Neres*

55

#### **Políticas Públicas de Telecomunicações nos Governos FHC e Lula**

*Fabiano Brito dos Santos*

63

#### **O desempenho e as cotas: a metodologia da TIM no caso da UFSC**

*Gregório Unbehaun Leal da Silva*

75

#### **Democracia, Participação Social e Políticas Públicas: os impasses na construção da Política Urbana Brasileira**

*Janaína Ruviano da Silva*

87

### **Artigos livres**

#### **As bases teórico-ideológicas norteadoras das ações coletivas do MST**

*Miguel Lazzaretti*

97

#### **Padrões Editoriais**

117

**DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM  
RETRATO DA DIVERSIDADE E DA INCERTEZA**

Dr. Cleber Ori Cuti Martins (UFSM)

Dr. Osmir Dombrowski (UNIOESTE)

Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha (UFPel)

Todos os artigos que compõem esse dossiê foram apresentados originariamente nos debates que compuseram o Grupo de Trabalho (GT) “Políticas Públicas” do IV Encontro Internacional de Ciências Sociais, ocorrido em novembro de 2014 na UFPel. Agradecemos a acolhida que nossa proposta recebeu da comissão organizadora do evento.

Quando propusemos aquele GT, tínhamos em mente que as políticas públicas constituem uma área de estudos relativamente nova no Brasil. Embora se possa dizer que elas tenham sido objetos de análises por parte das ciências sociais ao longo de todo o século XX, e mesmo antes, foi somente no final daquele século e início do novo que se pôde observar em nosso país a emergência de um conjunto sistematizado de estudos e pesquisas voltados para essa área.

O impulso vital para que isso acontecesse veio da disputa aberta com a ascensão do pensamento neoliberal e o questionamento às políticas que, até então, estruturavam o chamado Estado de Bem-Estar Social. A nova hegemonia que se impôs a partir dos anos 1980 determinava uma drástica alteração na forma como as políticas públicas eram concebidas. Um tecnicismo de viés autoritário passava a substituir o processo democrático na elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas em quase todos os países, principalmente, naqueles mais sensíveis às determinações do Banco Mundial e do FMI. Sob a orientação destes organismos financeiros internacionais o ajuste fiscal dos Estados subordinados tinha precedência sobre as demandas populares por bens e serviços públicos.

Esse cenário é completado no Brasil por uma particularidade que muito impactaria o processo histórico. A substituição do nacional-desenvolvimentismo e do pensamento keynesiano – hegemônicos por mais de meio século – pelo neoliberalismo coincide com o início da vigência de uma nova Constituição que reestrutura o Estado em moldes novos e, consideravelmente, distintos do que acontecia até então. Isto permitiu, inclusive, que muitos princípios estabelecidos pela nova Constituição fossem questionados e alterados antes mesmo de serem regulamentados e/ou ganharem efetividade.

A incerteza, portanto, era o grande pano de fundo a moldar a emergência e a estruturação do campo de estudos de políticas públicas em nosso país na passagem do século XX para o XXI. As políticas públicas passavam a ser definidas como resultado de um jogo que, em um ambiente de democracia recém-instituída e de Estado ainda em processo de estruturação, opunha forças que buscavam forjar um caminho para a inclusão de amplos segmentos historicamente excluídos, forçando o aprofundamento da democracia e dando a ela um conteúdo social concreto, a outras, determinadas a obter o equilíbrio fiscal mesmo que isto implicasse na abstinência do Estado, principalmente, na área social.

Ironicamente, pode-se notar que aquela incerteza ainda permanece na ordem do dia. O jogo permanece, por assim dizer, aberto. Depois de mais de dez anos de políticas inclusivas “neodesenvolvimentistas” e anticíclicas, o “ajuste fiscal” voltou a ser uma expressão amplamente difundida, e aceita, corrente nos meios políticos, colocando em questão a própria estruturação do Estado brasileiro e o processo democrático. Talvez seja por isso que o tema permaneça em pauta, atraindo, cada vez mais, o interesse de jovens (e não tão jovens) pesquisadores em diferentes centros de pesquisa. E é esse interesse que aparece retratado no presente dossiê, o qual reúne trabalhos desenvolvidos em diversos programas de pós-graduação, de diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, o dossiê retrata a diversidade teórica e metodológica que permeia o campo de estudos de Políticas Públicas no Brasil e que também pautou nossas preocupações quando propusemos a organização do GT no IV EICS. Estávamos, então, convencidos de que “nesse caso, como na maioria dos casos, a diversidade é enriquecedora e o conhecimento não pode se desenvolver se não transpuser as barreiras impostas pela fragmentação”. Dessa forma, o leitor encontrará no dossiê artigos versando sobre políticas de igualdade racial em nível local e política de cotas no ensino superior; sobre políticas públicas para o mundo rural e sobre as políticas urbanas; sobre políticas públicas em âmbito local e federal; sobre a relação dos movimentos sociais e a mídia com a formulação de políticas públicas e, até mesmo, uma aproximação com as experiências vividas por nossos vizinhos uruguaios com a implementação de políticas corajosas e polêmicas. O leitor poderá verificar, ainda, que a diversidade não é apenas temática, ou de objeto, mas também metodológica.

O dossiê é aberto com o artigo de André Luis Pereira e Luciana Silveira Egres, “Políticas de igualdade racial: possibilidades e limites para sua efetivação em nível local – o caso de Porto Alegre”, os quais analisam a atuação da Secretaria Adjunta do Povo Negro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, e fazem a pertinente consideração de que é “necessário que as desigualdades raciais sejam incorporadas como desafios em cada uma das políticas setoriais”, e que as áreas de saúde, educação, segurança pública, entre outras, assumam papéis mais efetivos na promoção das políticas de igualdade racial. O segundo artigo, de Andressa Brito Vieira, “Movimentos Sociais e Mídia: uma complexa relação no processo de formulação da Agenda”, aborda a problemática da relação dos movimentos sociais com as mídias no processo de formação da agenda das políticas públicas e as diferentes estratégias usadas por movimentos populares para forçar uma mídia tradicionalmente conservadora e monopolizada por setores dominantes da sociedade a noticiar suas demandas, possibilitando que estas “ganhem notoriedade e possam se fixar na agenda pública”. Danielle Wagner e Ivaldo Gehlen, no artigo intitulado “A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública”, utilizando criativamente Ralf Dahrendorf, um autor que não aparece com frequência nos textos sobre políticas públicas, ao lado Armartya Sen, analisam a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar para que os agricultores familiares possam exercer sua condição de cidadãos, e tocam no problema fundamental da distância entre a situação de ter direitos e, efetivamente, acessar tais direitos. Na sequência, o dossiê traz o artigo de Dércio Fernando Moraes Ferrari e Geraldo Magella Neres, “Políticas Públicas no Uruguai em tempos de Mujica – o impacto da legalização do aborto e da maconha sobre a mídia digital brasileira”. Tratando de duas políticas extremamente polêmicas, os autores descrevem detalhadamente cada um dos projetos e analisam a repercussão dos mesmos na mídia eletrônica do Brasil. No quinto trabalho, intitulado “Políticas Públicas de Telecomunicações nos Governos FHC e Lula”, Fabiano Brito dos Santos analisa o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações

(ANATEL) sob dois governos de orientação políticas distintas, investigando o papel que cada um deles atribui à “regulação” no âmbito das políticas públicas, e conclui que, apesar das expectativas geradas pela eleição de Lula em 2003, não ocorreram mudanças significativas no setor de telecomunicações, prevalecendo os fortes interesses do mercado. Gregório Unbehaun Leal da Silva, no texto intitulado “O desempenho e as cotas: a metodologia da TIM no caso da UFSC”, faz uma avaliação da política pública de cotas naquela universidade tendo foco no desempenho de alunos cotistas negros e oriundos de escola pública, aplicando (e avaliando) a metodologia da Taxa de Integralização Média (TIM). Com base em um uso refinado de dados quantitativos, a metodologia TIM consegue evidenciar que “ser cotista negro e pardo [...] foi um forte indicativo de baixo desempenho acadêmico” e onde se localiza o problema, entretanto, não consegue captar “processos sutis de discriminação” que podem estar ocorrendo. Finalmente, Janaína Ruviaro da Silva encerra o dossiê com o artigo “Democracia, Participação Social e Políticas Públicas: os impasses na construção da Política Urbana Brasileira”, que trata do deslocamento entre a deliberação participativa e a implementação de programas de política urbana no Brasil. A autora registra que os atores atuantes nos espaços institucionalizados de participação e deliberação, via de regra, possuem pouca influência no desenho das políticas que são implementadas o que faz com que “as políticas sofram alterações, modificações e traduções ao longo do seu ciclo”.

O trabalho assinado por Miguel Lazzaretti encerra a revista na seção de artigos livres, onde analisa os princípios teóricos-ideológicos do MST e como esses princípios erigiram uma ideologia radicalmente revolucionária dentro do movimento.

Com a publicação deste dossiê esperamos contribuir com o debate e, com isso, com a consolidação do campo de estudos e pesquisa sobre políticas públicas no Brasil.